

Sarney considera "rompimento" voto pelos 4 anos



O Presidente ficou eufórico com a garantia levada por líderes, ministros e parlamentares de que mandato será de cinco anos

A quatro dias da votação do mandato presidencial pela Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney partiu para a ofensiva. Cada voto contra os cinco anos de mandato será "uma declaração de guerra" contra o Governo. Este foi o recado enviado ontem pelo Presidente e transmitido pelo porta-voz Frota Neto. Antes de mandar o recado, Sarney tomou café da manhã com o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, no Palácio da Alvorada. Já no Palácio do Planalto, manteve uma longa reunião com os generais Bayma Denys, chefe do Gabinete Militar, e Ivan de Souza Mendes, chefe do SNI.



questão da estabilidade constitucional. O porta-voz da Presidência afirmou que o voto pelos quatro anos "é um ato de hostilidade contra o Presidente". Disse ainda Frota Neto que Sarney vai "considerar" cada um destes votos como um "rompimento unilateral com o Governo". Os votos serão analisados individualmente pelo Presidente.

Responsabilidades
Mais uma vez, o Presidente fez uma severa advertência aos constituintes. Agora, segundo o porta-voz, Sarney é da opinião de que cada parlamentar favorável aos quatro anos "vai arcar com as responsabilidades". Esta é a segunda vez na semana que Sarney usa a mesma linguagem. Na última segunda-feira, na conversa com os jornalistas, Frota Neto afirmou que no entendimento do Presidente da República cada voto contra os cinco anos deve ser assumido pelos parlamentares que são obrigados a "responder por sua posição diante da História".

Frota Neto disse ainda que os votos dados em favor dos quatro anos de mandato "são votos de hostilidade contra o Presidente". De acordo com o entendimento de Sarney, uma vez que a Comissão de Sistematização estabeleceu cinco anos para seus sucessores, a tese da "isonomia" deveria ser respaldada pela Assembléia Nacional Constituinte.

O recado do presidente Sarney já estava sendo esperado. Há alguns dias, o Presidente vem planejando enfrentar de forma mais direta os parlamentares favoráveis ao mandato de quatro anos. Há indícios de que Sarney está disposto a fazer um novo pronunciamento em favor do mandato presidencial de cinco anos. No pronunciamento, o Presidente da República pode convocar a sociedade a se manifestar junto a seus líderes políticos, lembrando a

Governistas se dizem maioria

Dos 93 integrantes da Comissão de Sistematização, 53 deverão se posicionar por um mandato de cinco anos para o presidente Sarney. Esses dados foram entregues pelos líderes Carlos Sant'Anna, do PMDB, e José Lourenço, do PFL, três ministros e alguns parlamentares que se reuniram ontem pela manhã com o Presidente no Palácio do Planalto, e divulgados pelo chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto.

Pelos dados obtidos pela assessoria do Presidente, dentro da Sistematização, 17 constituintes são por um mandato de quatro anos para Sarney com a adoção do parlamentarismo apenas para o próximo Presidente, enquanto outros 17 se posicionam também pelos quatro anos, mas com a mudança do sistema de governo já.

Segundo Costa Couto, existem cinco constituintes adeptos de seis anos de mandato conforme prevê a Constituição em vigor, mas que votarão pelos cinco anos. Com isso, totalizam 87 parlamentares (53 pelos cinco anos e 34 por quatro anos), dos seis restantes, de acordo com o chefe do Gabinete Civil, três se absteram e três não foram encontrados.

O ministro acredita que a expectativa agora seja de crescimento do grupo pró-cinco anos, "devido à efervescência da questão". Costa Couto acha que uma decisão por quatro anos equivaleria "a uma declaração de guerra, além de representar uma incoerência".

Euforia

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) um dos participantes da reunião de ontem pela manhã, disse que o presidente Sarney estava "eufórico" com as perspectivas, e destacou a importância de se decidir por cinco anos na Sis-

tematização pois, para ele, "é preciso ganhar agora porque seria trágico se o Presidente perdesse na Comissão, pois também perderia em plenário", disse.

Daso Coimbra disse que a reunião foi convocada pelo líder Carlos Sant'Anna que convocou os parlamentares que gostam de fazer cálculos para um encontro com Sarney. Além do deputado fluminense, foram convidados o senador Gerson Camata (PMDB-ES), Ricardo Fiúza (PFL-PE), Saldanha Derzi (PMDB-MS), Expedito Machado (PMDB-CE). Da reunião participaram também os ministros Costa Couto, Borges da Silveira, da Saúde, e Antônio Carlos Magalhães, das Comunicações.

Segundo Daso, cada líder fez uma previsão e os deputados fizeram avaliações dentro do comportamento dos integrantes da Sistematização. Daso afirmou que o Presidente não fez nenhum apelo aos participantes do encontro. Perguntou e se mostrou interessado na reunião de terça-feira última, do "Centrão" com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e indagou da disposição desse grupo em negociar.

O quadro apresentado pelo líder do PFL, José Lourenço, a Sarney foi o de que, dos 24 pefelistas na Comissão, 20 devem votar pelos cinco anos de mandato. Com relação ao PMDB, Daso Coimbra disse não lembrar exatamente dos números, mas informou que o maior número possível era favorável a quatro anos e que, para ele, não impedirá uma vitória pelos cinco anos devido ao apoio que Sarney receberá de outros partidos.



Para Richa (E), o próximo governo deverá ser de coalizão nacional

Richa prevê ofensiva inútil

O senador paranaense José Richa, considerado um dos "presidenciables" do PMDB, afirmou, ontem, que apesar da nova ofensiva do Palácio do Planalto pelo mandato de cinco anos para o presidente Sarney, isso não contêve o crescimento da tendência da Comissão de Sistematização, no sentido de aprovar, domingo, a realização do pleito presidencial no próximo ano.

Richa entende que o próximo Governo deve ser de coalizão, baseado num programa mínimo, na austeridade e na ausência de demagogia. Sem esses pressupostos — adverte — "seis meses depois das eleições o povo estará nas ruas pedindo a volta dos militares ao poder". O novo Governo, segundo o senador, deve ter credibilidade suficiente para adotar medidas drásticas capazes de atenuar a crise.

Ainda no entendimento do senador peemedebista, atualmente o Governo e os políticos estão sem credibilidade, a ponto de todos os candidatos à Presidência da República, os que já se apresentam como tal "e os que venham a aparecer" terem maiores índices de rejeição do que de aprovação na opinião pública. Diante disso é que Richa en-

fatiza a importância do programa mínimo capaz de pôr fim "as impropriedades e a demagogia que agravam a crise de credibilidade".

Embora sem revelar nomes, Richa disse ter-se surpreendido com alguns constituintes que nas últimas horas decidiram votar por um mandato de apenas quatro anos para Sarney. Apesar desse registro, o ex-governador do Paraná reconheceu que a situação ainda é equilibrada na Comissão de Sistematização, entre os que defendem quatro e cinco anos, tornando difícil um prognóstico.

Definições

Richa insiste na necessidade de uma ampla negociação em torno dessa questão do mandato presidencial, sustentando que, se não ocorrer entendimento, a tendência é a vitória.

"Como a Constituinte está chegando ao seu final, também chegou a hora das definições. Terminada a Constituinte, e o País continuando em crise, que já é coisa crônica, os políticos não terão outro caminho senão o de abreviar a transição e antecipar as eleições. Portanto, se o Governo e a classe política se mostrarem incapazes de costurar um acordo, acho que acabará dando quatro anos de mandato com parlamentarismo".

Santillo diz que crise é muito antiga

Goiania — O governador de Goiás, Henrique Santillo, disse antontem que a crise pela a qual o País passa não foi criada pela Nova República, reflexo e consequência direta de uma situação que vem de há muito tempo. "Não foi a Nova República que provocou essa crise que está aí. Ela já assumiu a direção do Governo Federal com uma crise que tem suas origens lá bem atrás, a começar pelo próprio "milagre brasileiro". Mas nós temos que ser otimistas. O nosso Brasil tem potencialidades continentais para superar isso aí, reengatilhar o seu desenvolvimento econômico".

O dirigente goiano posicionou-se ainda em favor do presidente José Sarney, afirmando que é ele, depois de Juscelino, o primeiro mandatário a voltar os olhos para a região Centro-Oeste. Contou ter encontrado no Presidente e em seus ministros seriedade para com os problemas de Goiás.

Pela seriedade das propostas de Goiás, o Governo Federal tem se mostrando sensível às questões locais e regionais e aduziu Santillo: "Há uma insatisfação popular e temos ouvido críticas. Aqui em Goiás as pesquisas indicam níveis de insatisfação bem menores do que em outros estados". Sobre a sensibilidade de Sarney citou o lançamento do Programa de Desenvolvimento do Brasil — Central, dia 18 próximo, em Porangatu, atacando uma proposta do próprio Santillo. A sugestão foi estudada, acolhida e ampliada para ter a participação também dos estados de Minas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão, Pará, e Distrito Federal. Será formado um grupo de trabalho integrado por sete governadores e sete ministros de Estado.

Justiça

Para Henrique Santillo é preciso fazer justiça e reconhecer o valor e o que Sarney tem feito pela região Centro-Oeste. "Temos que reconhecer seus méritos. Não é porque a opinião pública está contra ele (Sarney) que eu vou deixar de dizer isso. É verdade. Ele, depois de tantos anos, três décadas quase, é o primeiro Presidente da República que vem e reconhece que tem de povoa nacionalmente, que tem condições de ampliar as fronteiras econômicas do País por aqui". Lembrou Santillo, que o Presidente levou "um pau lascado" por causa da ferrovia Norte-Sul. Os goianos afirmaram, tem a obrigação de apoiar esse homem, por tudo isso que estamos relatando. É preciso apoiar a apresentação de alternativas, apresentar propostas para melhorar os rumos do País, para melhorar a economia. Não temos ficado de braços cruzados como observadores apenas da história.

Como governador de Goiás, continuou Santillo, não tenho ficado de braços cruzados, como observador desatento dessa história, como Pilatos lavando as mãos, mas isso nada tem a ver comigo, nada tem a ver com meu Estado. "Reafirmo que tem dialogado, insistido, apresentado programas alternativos e que pode ter um milhão de pecados, menos o da omissão". Segundo o governador, é preciso dizer também que Goiás precisa compreender a importância de apoiar essas iniciativas do Governo Federal. "Elas são importantíssimas para esse Estado e para o País". A ferrovia Norte-Sul não é importante só para Goiás, ou para o Maranhão, como a grande imprensa tem demonstrado. Isso não é verdade. Ela é importante para o Brasil, é importante para o País, para todo o Centro-Oeste. Ela é importante para reiniciar um novo desenvolvimento na ocupação diferente desse território nacional, na descentralização do desenvolvimento econômico", frisou Santillo.

Governo confia nos 5 anos mas já prepara tática alternativa

Rubem Azevedo Lima

O Palácio do Planalto está convencido de que a pretensão do presidente José Sarney, de ficar na Presidência da República, por cinco anos, será aprovada na Comissão de Sistematização da Constituinte. Mas, por via das dúvidas, o Governo já se preparou para resolver essa questão a seu favor, em termos regimentais.

Até agora, em face dos apelos pessoais de Sarney a diversos constituintes, a favor dos cinco anos de mandato o Governo contabilizou 37 votos com absoluta certeza no apoio a essa tese. Os dez votos que faltam para a aprovação dos cinco anos, por maioria absoluta, na Comissão de Sistematização, devem confirmar-se antes do exame conclusivo da matéria, no final da semana corrente.

Se os cálculos do Governo falharem, o Palácio do Planalto, com o apoio do chamado «Centrão» da Constituinte — parlamentares de direita, de centro-direita e até do centro — vai tentar resolver o

problema com base no regimento interno da Constituinte.

Explicação para essa nova estratégia governamental: até agora, dizia-se que a aprovação de um dispositivo do projeto de Constituição, nessa fase, asseguraria, na prática, seu inevitável acolhimento pelo plenário da Constituinte. Motivo: os regimentalistas da Assembléia diziam que o dispositivo aprovado na Comissão de Sistematização, onde votam 93 constituintes, só poderia ser derrubado, em plenário, por 280 votos contrários, isto é, por maioria absoluta da Constituinte.

Esse entendimento, porém, é contestado pelo Palácio do Planalto. Se ele fosse válido, a futura Constituição poderia ter dispositivos aprovados, na primeira fase (da Comissão de Sistematização) por 47 votos, e, na segunda fase, no plenário da Assembléia, por menos de 280 votos.

Por esse motivo, como será aceita pela Constituinte a proposta do «Centrão», de reabertura do prazo para apresentação de novas

emendas ao projeto constitucional, o Governo pedirá destaque para o dispositivo que, eventualmente, fixar o mandato de presidente da República a menos de cinco anos. Nesse caso, pela interpretação governamental do regimento da Constituinte, os adversários do destaque — isto é, os defensores do mandato de quatro anos ou até menos — é que terão de reunir, em plenário, 280 votos para ratificar a redução do mandato de Sarney.

Outros temas

A propósito, o Governo pensa em recorrer à mesma estratégia, para derrubar outros dispositivos aprovados na Comissão de Sistematização. Esse é o caso da norma que nacionaliza o processo de distribuição dos derivados de petróleo. Tal dispositivo, aprovado pelos chamados grupos de esquerda da Comissão de Sistematização. «Trata-se — comentou o assessor do chefe do Gabinete Civil, ministro Ronaldo Costa Couto, Henrique Hargreaves — de uma disposição de pernas curtas, que não vai, portanto, muito longe».

Presidente recorre ao bloco parlamentarista

Andrei Meireles

O presidente José Sarney e uma parcela do bloco parlamentarista praticamente concluíram nas últimas horas um acordo tácito para somarem suas forças na votação do próximo domingo das disposições transitórias sobre sistema de governo e mandato presidencial. O acordo é o seguinte: os políticos fiéis ao Planalto, que já consideram perdida a batalha contra o parlamentarismo na Sistematização, não vão lutar contra o dispositivo que prevê a mudança do sistema de governo em março de 1988. Em compensação, parte do grupo parlamentarista, comandada pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, e pelo deputado Cid Carvalho, votará num mandato de cinco anos para Sarney. O acordo não implica em qualquer compromisso para o Plenário.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, reagiu a essa articulação, reforçada ontem, durante audiência de Ibsen Pinheiro com Sarney: "Os parlamentaristas não são bobos. Não nascemos ontem. O Governo abriu seu jogo cedo demais".

A estratégia de Sarney, que deixou momentaneamente de lado o "combate ao parlamentarismo, é de concentrar forças para asse-

Sistema vai ser mudado, crê Aureliano

Rio — O ministro Aureliano Chaves disse ontem, no Rio, que será muito difícil a derrubada do sistema parlamentarista de governo, aprovado pela Comissão de Sistematização, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte, apesar de se manifestar favorável ao sistema presidencialista.

Mesmo que mude o sistema de governo pelo plenário da Assembléia, Aureliano Chaves disse que deverá haver uma consulta à sociedade sobre o tema, "principalmente porque a matéria não foi debatida durante a eleição dos constituintes".

Sobre a deliberação do mandato presidencial, Aureliano Chaves afirmou que não seria correta uma ação discriminatória de fixar o mandato do futuro presidente da República diferente do atual, independente do sistema de governo a ser adotado.

gurar os cinco anos na Sistematização. Além dos telefonemas, pedindo voto abertamente, e dos sucessivos encontros com constituintes, Sarney está dando um caráter pessoal à defesa dos cinco anos: "Se os quatro anos forem só para mim, será um ato de hostilidade, uma discriminação", repetiu nas últimas horas a diversos interlocutores.

O Planalto está apostando na divisão do movimento parlamentarista em plenário: alguns constituintes, como o líder do PMDB, senador Mário Covas, mais comprometidos com o mandato de quatro anos do que com a mudança do sistema de governo, poderiam, diante da opção da Sistematização pelos cinco anos, até evoluírem, quando da votação do texto permanente, para o presidencialismo, na expectativa de reverter nas disposições transitórias a duração do mandato de Sarney. Com uma eventual aprovação do presidencialismo no texto permanente, a data de sua implantação prevista nas transitórias perde a razão de ser. A batalha, então, será pela duração do mandato. Ai, os partidários dos quatro é que terão de mobilizar os 280 votos, facilitando a ação do Governo de retirar do plenário os que não se dispõem a assumir abertamente uma posição pró-cinco anos, mas que devem favorecer ao Planalto.

Melhor regime

O governador de Alagoas, Fernando Collor, declarou ontem em Fortaleza, onde participou de uma reunião com os demais governadores do Nordeste e o ministro do Interior, João Alves, ser a favor do presidencialismo. Explicou que não encontra situação favorável à implementação do parlamentarismo, daí acreditar que o presidencialismo, "ainda por enquanto, seja o regime que melhor atenda os interesses nacionais".

Apoio mantido

Se depender da bancada estadual do PFL, paulista, o partido não retirará seu apoio ao presidente José Sarney. Segundo o líder da bancada, deputado Nabi Abi Chedid, "a posição de São Paulo é de dar todas as condições no sentido de que o Presidente da República possa executar o seu esquema de trabalho". Nabi esteve ontem no Ministério da Educação onde foi levar o apoio da bancada estadual ao ministro Hugo Napoleão, que assumiu a Pasta há poucos dias.

Duas facções não arriscam prognósticos

Silvio Donizzetti

Nem Governo nem oposição tinham, ontem, assegurados os 47 votos necessários para a aprovação, na Comissão de Sistematização, de emenda que fixa a duração do mandato do presidente José Sarney. A votação está marcada para domingo e até agora as avaliações indicam um equilíbrio entre as propostas de quatro ou cinco anos. Se confirmadas as previsões atuais, a vantagem de uma ou outra proposição será por uma pequena margem.

Pelo lado do Governo, o subchefe de Assuntos Legislativos do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, era obrigado a admitir que a disputa está dura e que seriam necessários vários contatos com os membros da Comissão a fim de garantir a aprovação de emenda fixando o mandato de Sarney em cinco anos.

Já no grupo que defende quatro anos, o deputado Jaime Santana (PFL-MA) contabilizava 44 votos "Fechados" a favor das eleições presidenciais no próximo ano. Ao seu lado, o deputado Fernando Lyrá (PMDB-PE), um dos coordenadores da corrente pró-eleções em 88, arrisca um prognóstico, dizendo que a diferença na Comissão seria de dois votos, ele, porém, não sabia se a vantagem seria favorável à oposição ou ao Governo.

Os telefonemas dados pelo presidente Sarney, nas últimas horas, a membros da Comissão de Sistematização conseguiram mudar os votos de alguns parlamentares. Os deputados José Thomaz Nonô (PFL-AL) e José Jorge (PFL-PE) passaram, depois de uma conversa com o Presidente, a defender o mandato de cinco anos, quando anteriormente estavam dispostos a votar a favor da proposta de quatro anos.

Em compensação, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) aderiu à tese das eleições presidenciais no próximo ano. A mudança de sua posição está sendo creditada à decisão dos governadores, de defenderem um mandato de quatro anos para Sarney.

Mesmo diante de um quadro indefinido, o líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), acredita que a proposta de cinco anos será vencedora por mais de 50 votos. Nas votações, até os constituintes que votaram com o parlamentarismo, na Comissão, ficarão ao lado do presidente Sarney. Avaliação idêntica é feita pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), coordenador do Centrão.